

Secretaria da Educação do Estado do Mato Grosso do Sul

SED-MS

Professor - Língua Portuguesa / Literatura

EDITAL n. 01/2018 - SAD/SED/MAG

OT023-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Secretaria da Educação do Estado do Mato Grosso do Sul - SED-MS

Cargo: Professor - Língua Portuguesa / Literatura

(Baseado no EDITAL n. 01/2018 - SAD/SED/MAG)

- Língua Portuguesa
- Conhecimentos Pedagógicos e Metodológicos
- Conhecimentos Específicos

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação/ Editoração Eletrônica

Elaine Cristina
Ana Luiza Cesário
Thais Regis

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira
Leandro Filho

Capa

Joel Ferreira dos Santos

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: FV054-18



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.

SUMÁRIO

Língua Portuguesa

Leitura, compreensão e interpretação de textos.	83
Estruturação do texto e dos parágrafos.	90
Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais.	07
Significação contextual de palavras e expressões.	76
Equivalência e transformação de estruturas.	88
Sintaxe: processos de coordenação e subordinação.	63
Emprego de tempos e modos verbais.	07
Pontuação.	50
Estrutura e formação de palavras.	04
Funções das classes de palavras.	07
Flexão nominal e verbal.	07
Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.	07
Concordância nominal e verbal.	52
Regência nominal e verbal.	58
Ortografia oficial.	44
Acentuação gráfica.	47

Conhecimentos Pedagógicos e Metodológicos

Fundamentos da Educação;.....	01
Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas;	10
Relações socioeconômicas e político-culturais da educação;.....	11
Processo ensino-aprendizagem: papel do educador, do educando, da sociedade.....	12
Avaliação. Educação inclusiva.....	13
Educação e Direitos Humanos;.....	17
Democracia e Cidadania;	21
A função social da escola; Inclusão educacional e respeito à diversidade;	23
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;.....	24
Didática e organização do ensino;.....	61
Saberes Escolares, processos metodológicos e avaliação da aprendizagem;	66
Novas tecnologias da informação e comunicação e sua contribuição com a prática pedagógica;	66
Currículo: planejamento, seleção e organização dos conteúdos.	76
Planejamento: a realidade escolar; o planejamento e o projeto pedagógico da escola;.....	77
Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional;	78
Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente;.....	95
Lei nº 10.639/03 – História e Cultura Afro Brasileira e Africana;	146
Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - 2007.	147
Compreensão das tendências metodológicas para a ciência, levando-se em consideração o atual momento histórico.	183
Fundamentos técnicos e científicos da abordagem científica para a solução de problemas na área da educação.	189
Análise das relações entre pesquisa em educação e as práticas educativas e enfoques da pesquisa em educação.	194
Características e delimitações do conhecimento científico. O conhecimento científico e a questão da verdade.	197
Fatos, descrição, leis, teorias, classificação da ciência e modelos de estudo.	200
Processos indutivos e dedutivos na produção de conhecimento.	202
Pesquisa básica e aplicada.	204
Aspectos fundamentais da investigação científica: referencial teórico como ponto de partida; delimitação do problema e objetivos; papel das hipóteses; variáveis, indicadores de variáveis e qualidade dos indicadores; população e amostras.	204
Base Nacional Comum Curricular.	209
Lei no 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.....	222

SUMÁRIO

Conhecimentos Específicos

Aprendizagem da língua materna: estrutura, uso e funções.	01
Ensino e aprendizagem da gramática normativa.	03
Linguagem: uso, funções, análise; língua oral e escrita.	12
Variações linguísticas; norma padrão.	13
O texto: tipologia textual; intertextualidade; coesão e coerência textuais; o texto e a prática de análise linguística. ...	15
Leitura e produção de textos.	42
Literatura brasileira.	46
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).	51
Base Nacional Comum Curricular.	89
Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.	89

LÍNGUA PORTUGUESA

Letra e Fonema.....	01
Estrutura das Palavras.....	04
Classes de Palavras e suas Flexões.....	07
Ortografia.....	44
Acentuação.....	47
Pontuação.....	50
Concordância Verbal e Nominal.....	52
Regência Verbal e Nominal.....	58
Frase, oração e período.....	63
Sintaxe da Oração e do Período.....	63
Termos da Oração.....	63
Coordenação e Subordinação.....	63
Crase.....	71
Colocação Pronominal.....	74
Significado das Palavras.....	76
Interpretação Textual.....	83
Tipologia Textual.....	85
Gêneros Textuais.....	86
Coesão e Coerência.....	86
Reescrita de textos/Equivalência de Estruturas.....	88
Estrutura Textual.....	90
Redação Oficial.....	91
Funções do “que” e do “se”.....	100
Variação Linguística.....	101
O processo de comunicação e as funções da linguagem.....	103

PROF. ZENAIDE AUXILIADORA PACHEGAS BRANCO

Graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Adamantina. Especialista pela Universidade Estadual Paulista – Unesp

LETRA E FONEMA

A palavra *fonologia* é formada pelos elementos gregos *fono* ("som, voz") e *log, logia* ("estudo", "conhecimento"). Significa literalmente "estudo dos sons" ou "estudo dos sons da voz". Fonologia é a parte da gramática que estuda os sons da língua quanto à sua função no sistema de comunicação linguística, quanto à sua organização e classificação. Cuida, também, de aspectos relacionados à divisão silábica, à ortografia, à acentuação, bem como da forma correta de pronunciar certas palavras. Lembrando que, cada indivíduo tem uma maneira própria de realizar estes sons no ato da fala. Particularidades na pronúncia de cada falante são estudadas pela Fonética.

Na língua falada, as palavras se constituem de **fonemas**; na língua escrita, as palavras são reproduzidas por meio de símbolos gráficos, chamados de **letras** ou **grafemas**. Dá-se o nome de fonema ao menor elemento sonoro capaz de estabelecer uma distinção de significado entre as palavras. Observe, nos exemplos a seguir, os fonemas que marcam a distinção entre os pares de palavras:

amor – ator / morro – corro / vento – cento

Cada segmento sonoro se refere a um dado da língua portuguesa que está em sua memória: a imagem acústica que você – como falante de português – guarda de cada um deles. É essa imagem acústica que constitui o fonema. Este forma os significantes dos signos linguísticos. Geralmente, aparece representado entre barras: /m/, /b/, /a/, /v/, etc.

Fonema e Letra

- O fonema não deve ser confundido com a letra. Esta **é a representação gráfica do fonema**. Na palavra *sapo*, por exemplo, a letra "s" representa o fonema /s/ (lê-se *sê*); já na palavra *brasa*, a letra "s" representa o fonema /z/ (lê-se *zê*).

- Às vezes, o mesmo fonema pode ser representado por mais de uma letra do alfabeto. É o caso do fonema /z/, que pode ser representado pelas letras z, s, x: *zebra, casamento, exílio*.

- Em alguns casos, a mesma letra pode representar mais de um fonema. A letra "x", por exemplo, pode representar:

- o fonema /sê/: *texto*
- o fonema /zê/: *exibir*
- o fonema /che/: *enxame*
- o grupo de sons /ks/: *táxi*

- O número de letras nem sempre coincide com o número de fonemas.

<i>Tóxico</i> = fonemas:	/t/ó/k/s/i/c/o/	letras:	t ó x i c o
	1 2 3 4 5 6 7		1 2 3 4 5 6

<i>Galho</i> = fonemas:	/g/a/lh/o/	letras:	g a l h o
	1 2 3 4		1 2 3 4 5

- As letras "m" e "n", em determinadas palavras, não representam fonemas. Observe os exemplos: *compra, conta*. Nestas palavras, "m" e "n" indicam a nasalização das vogais que as antecedem: /õ/. Veja ainda: *nave*: o /n/ é um fonema; *dança*: o "n" não é um fonema; o fonema é /ã/, representado na escrita pelas letras "a" e "n".

- A letra h, ao iniciar uma palavra, não representa fonema.

<i>Hoje</i> = fonemas:	ho /j/ e /	letras:	h o j e
	1 2 3		1 2 3 4

Classificação dos Fonemas

Os fonemas da língua portuguesa são classificados em:

1) Vogais

As vogais são os fonemas sonoros produzidos por uma corrente de ar que passa livremente pela boca. Em nossa língua, desempenham o papel de núcleo das sílabas. Isso significa que em toda sílaba há, necessariamente, uma única vogal.

Na produção de vogais, a boca fica aberta ou entreaberta. As vogais podem ser:

- **Orais:** quando o ar sai apenas pela boca: /a/, /e/, /i/, /o/, /u/.

- **Nasais:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais.

/ã/: *fã, canto, tampa*

/ẽ/: *dente, tempero*

/ĩ/: *lindo, mim*

/õ/: *bonde, tombo*

/ũ/: *nunca, algum*

- **Átonas:** pronunciadas com menor intensidade: *até, bola*.

- **Tônicas:** pronunciadas com maior intensidade: *até, bola*.

Quanto ao timbre, as vogais podem ser:

- Abertas: *pé, lata, pó*

- Fechadas: *mês, luta, amor*

- Reduzidas - Aparecem quase sempre no final das palavras: *dedo* ("dedu"), *ave* ("avi"), *gente* ("genti").

2) Semivogais

Os fonemas /i/ e /u/, algumas vezes, não são vogais. Aparecem apoiados em uma vogal, formando com ela uma só emissão de voz (uma sílaba). Neste caso, estes fonemas são chamados de *semivogais*. A diferença fundamental entre vogais e semivogais está no fato de que estas não desempenham o papel de núcleo silábico.

Observe a palavra *papai*. Ela é formada de duas sílabas: *pa - pai*. Na última sílaba, o fonema vocálico que se destaca é o "a". Ele é a vogal. O outro fonema vocálico "i" não é tão forte quanto ele. É a semivogal. Outros exemplos: *saudade, história, série*.

3) Consoantes

Para a produção das consoantes, a corrente de ar expirada pelos pulmões encontra obstáculos ao passar pela cavidade bucal, fazendo com que as consoantes sejam verdadeiros "ruídos", incapazes de atuar como núcleos silábicos. Seu nome provém justamente desse fato, pois, em português, sempre consoam ("soam com") as vogais. Exemplos: /b/, /t/, /d/, /v/, /l/, /m/, etc.

Encontros Vocálicos

Os encontros vocálicos são agrupamentos de vogais e semivogais, sem consoantes intermediárias. É importante reconhecê-los para dividir corretamente os vocábulos em sílabas. Existem três tipos de encontros: o *ditongo*, o *tritongo* e o *hiato*.

1) Ditongo

É o encontro de uma vogal e uma semivogal (ou vice-versa) numa mesma sílaba. Pode ser:

- **Crescente:** quando a semivogal vem antes da vogal: *sé-rie* (i = semivogal, e = vogal)

- **Decrescente:** quando a vogal vem antes da semivogal: *pai* (a = vogal, i = semivogal)

- **Oral:** quando o ar sai apenas pela boca: *pai*

- **Nasal:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais: *mãe*

2) Tritongo

É a sequência formada por uma semivogal, uma vogal e uma semivogal, sempre nesta ordem, numa só sílaba. Pode ser oral ou nasal: *Paraguai* - Tritongo oral, *quão* - Tritongo nasal.

3) Hiato

É a sequência de duas vogais numa mesma palavra que pertencem a sílabas diferentes, uma vez que nunca há mais de uma vogal numa mesma sílaba: *saída* (sa-í-da), *poesia* (po-e-si-a).

Encontros Consonantais

O agrupamento de duas ou mais consoantes, sem vogal intermediária, recebe o nome de *encontro consonantal*. Existem basicamente dois tipos:

1-) os que resultam do contato consoante + "l" ou "r" e ocorrem numa mesma sílaba, como em: *pe-dra, pla-no, a-tle-ta, cri-se*.

2-) os que resultam do contato de duas consoantes pertencentes a sílabas diferentes: *por-ta, rit-mo, lis-ta*.

Há ainda grupos consonantais que surgem no início dos vocábulos; são, por isso, inseparáveis: *pneu, gno-mo, psi-có-lo-go*.

Dígrafos

De maneira geral, cada fonema é representado, na escrita, por apenas uma letra: *lixo* - Possui quatro fonemas e quatro letras.

Há, no entanto, fonemas que são representados, na escrita, por duas letras: *bicho* - Possui quatro fonemas e cinco letras.

Na palavra acima, para representar o fonema /xe/ foram utilizadas duas letras: o "c" e o "h".

Assim, o *dígrafo* ocorre quando duas letras são usadas para representar um único fonema (di = dois + grafo = letra). Em nossa língua, há um número razoável de dígrafos que convém conhecer. Podemos agrupá-los em dois tipos: consonantais e vocálicos.

Dígrafos Consonantais

Letras	Fonemas	Exemplos
lh	/lhe/	telhado
nh	/nhe/	marinheiro
ch	/xe/	chave
rr	/re/ (no interior da palavra)	carro
ss	/se/ (no interior da palavra)	passo
qu	/k/ (qu seguido de e e i)	queijo, quiabo
gu	/g/ (gu seguido de e e i)	guerra, guia
sc	/se/	crescer
sç	/se/	desço
xc	/se/	exceção

Dígrafos Vocálicos

Registram-se na representação das vogais nasais:

Fonemas	Letras	Exemplos
/ã/	am	tampa
	an	canto
/ẽ/	em	templo
	en	lenda
/ĩ/	im	limpo
	in	lindo
/õ/	om	tombo
	on	tonto
/ũ/	um	chumbo
	un	corcunda

* **Observação:** "gu" e "qu" são dígrafos somente quando seguidos de "e" ou "i", representam os fonemas /g/ e /k/: guitarra, aquilo. Nestes casos, a letra "u" não corresponde a nenhum fonema. Em algumas palavras, no entanto, o "u" representa um fonema - semivogal ou vogal - (aguentar, língua, aquífero...). Aqui, "gu" e "qu" não são dígrafos. Também não há dígrafos quando são seguidos de "a" ou "o" (quase, averiguo) .

** **Dica:** Conseguimos ouvir o som da letra "u" também, por isso não há dígrafo! Veja outros exemplos: Água = /agua/ nós pronunciamos a letra "u", ou então teríamos /aga/. Temos, em "água", 4 letras e 4 fonemas. Já em guitarra = /gitara/ - não pronunciamos o "u", então temos dígrafo [aliás, dois dígrafos: "gu" e "rr"]. Portanto: 8 letras e 6 fonemas).

Dífonos

Assim como existem duas letras que representam um só fonema (os dígrafos), existem letras que representam dois fonemas. Sim! É o caso de "fixo", por exemplo, em que o "x" representa o fonema /ks/; *táxi* e *crucifixo* também são exemplos de dífonos. Quando uma letra representa dois fonemas temos um caso de **dífono**.

Fontes de pesquisa:

<http://www.soportugues.com.br/secoes/fono/fono1.php>

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30ª ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

Português: novas palavras: literatura, gramática, redação / Emília Amaral... [et al.]. – São Paulo: FTD, 2000.

Português linguagens: volume 1 / Wiliam Roberto Cereja, Thereza Cochar Magalhães. – 7ªed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

Questões

1-) (PREFEITURA DE PINHAIS/PR – INTÉRPRETE DE LIBRAS – FAFIPA/2014) Em todas as palavras a seguir há um dígrafo, EXCETO em

- (A) prazo.
- (B) cantor.
- (C) trabalho.
- (D) professor.

1-)

- (A) prazo – “pr” é encontro consonantal
- (B) cantor – “an” é dígrafo
- (C) trabalho – “tr” encontro consonantal / “lh” é dígrafo
- (D) professor – “pr” encontro consonantal q “ss” é dígrafo

RESPOSTA: “A”.

2-) (PREFEITURA DE PINHAIS/PR – INTÉRPRETE DE LIBRAS – FAFIPA/2014) Assinale a alternativa em que os itens destacados possuem o mesmo fonema consonantal em todas as palavras da sequência.

- (A) Externo – precisa – som – usuário.
- (B) Gente – segurança – adjunto – Japão.
- (C) Chefe – caixas – deixo – exatamente.
- (D) Cozinha – pesada – leção – exemplo.

2-) Coloquei entre barras (/ /) o fonema representado pela letra destacada:

- (A) Externo /s/ – precisa /s/ – som /s/ – usuário /z/
 - (B) Gente /j/ – segurança /g/ – adjunto /j/ – Japão /j/
 - (C) Chefe /x/ – caixas /x/ – deixo /x/ – exatamente /z/
 - (D) cozinha /z/ – pesada /z/ – leção /z/ – exemplo /z/
- RESPOSTA: “D”.

3-) (CORPO DE BOMBEIROS MILITAR/PI – CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS – UESPI/2014) “Seja Sangue Bom!” Na sílaba final da palavra “sangue”, encontramos duas letras representando um único fonema. Esse fenômeno também está presente em:

- A) cartola.
- B) problema.
- C) guaraná.
- D) água.
- E) nascimento.

3-) Duas letras representando um único fonema = dígrafo

- A) cartola = não há dígrafo
- B) problema = não há dígrafo
- C) guaraná = não há dígrafo (você ouve o som do “u”)
- D) água = não há dígrafo (você ouve o som do “u”)
- E) nascimento = dígrafo: sc

RESPOSTA: “E”.

ESTRUTURA DAS PALAVRAS

As palavras podem ser analisadas sob o ponto de vista de sua estrutura significativa. Para isso, nós as dividimos em seus menores elementos (partes) possuidores de sentido. A palavra *inexplicável*, por exemplo, é constituída por três elementos significativos:

In = elemento indicador de negação

Explic = elemento que contém o significado básico da palavra

Ável = elemento indicador de possibilidade

Estes elementos formadores da palavra recebem o nome de **morfemas**. Através da união das informações contidas nos três morfemas de *inexplicável*, pode-se entender o significado pleno dessa palavra: “aquilo que não tem possibilidade de ser explicado, que não é possível tornar claro”.

MORFEMAS = são as menores unidades significativas que, reunidas, formam as palavras, dando-lhes sentido.

Classificação dos morfemas:

Radical, lexema ou semantema – é o elemento portador de significado. É através do radical que podemos formar outras palavras comuns a um grupo de palavras da mesma família. Exemplo: *pequeno, pequenininho, pequenez*. O conjunto de palavras que se agrupam em torno de um mesmo radical denomina-se **família de palavras**.

Afixos – elementos que se juntam ao radical antes (os **prefixos**) ou depois (**sufixos**) dele. Exemplo: *beleza* (sufixo), *prever* (prefixo), *infiel*.

Desinências - Quando se conjuga o verbo **amar**, obtêm-se formas como *amava, amavas, amava, amávamos, amáveis, amavam*. Estas modificações ocorrem à medida que o verbo vai sendo flexionado em número (singular e plural) e pessoa (primeira, segunda ou terceira). Também ocorrem se modificarmos o tempo e o modo do verbo (*amava, amara, amasse*, por exemplo). Assim, podemos concluir que existem morfemas que indicam as flexões das palavras. Estes morfemas sempre surgem no fim das palavras variáveis e recebem o nome de **desinências**. Há **desinências nominais** e **desinências verbais**.

• **Desinências nominais**: indicam o gênero e o número dos nomes. Para a indicação de gênero, o português costuma opor as desinências -o/-a: *garoto/garota; menino/menina*. Para a indicação de número, costuma-se utilizar o morfema -s, que indica o plural em oposição à ausência de morfema, que indica o singular: *garoto/garotos; garota/garotas; menino/meninos; menina/meninas*. No caso dos nomes terminados em -r e -z, a desinência de plural assume a forma -es: *mar/mares; revólver/revólveres; cruz/cruzes*.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E METODOLÓGICOS

Fundamentos da Educação;	01
Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas;	10
Relações socioeconômicas e político-culturais da educação;	11
Processo ensino-aprendizagem: papel do educador, do educando, da sociedade.	12
Avaliação. Educação inclusiva.	13
Educação e Direitos Humanos;	17
Democracia e Cidadania;	21
A função social da escola; Inclusão educacional e respeito à diversidade;	23
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;	24
Didática e organização do ensino;	61
Saberes Escolares, processos metodológicos e avaliação da aprendizagem;	66
Novas tecnologias da informação e comunicação e sua contribuição com a prática pedagógica;	66
Currículo: planejamento, seleção e organização dos conteúdos.	76
Planejamento: a realidade escolar; o planejamento e o projeto pedagógico da escola;	77
Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional;	78
Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente;	95
Lei nº 10.639/03 – História e Cultura Afro Brasileira e Africana;	146
Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - 2007.	147
Compreensão das tendências metodológicas para a ciência, levando-se em consideração o atual momento histórico.	183
Fundamentos técnicos e científicos da abordagem científica para a solução de problemas na área da educação.	189
Análise das relações entre pesquisa em educação e as práticas educativas e enfoques da pesquisa em educação.	194
Características e delimitações do conhecimento científico. O conhecimento científico e a questão da verdade.	197
Fatos, descrição, leis, teorias, classificação da ciência e modelos de estudo.	200
Processos indutivos e dedutivos na produção de conhecimento.	202
Pesquisa básica e aplicada.	204
Aspectos fundamentais da investigação científica: referencial teórico como ponto de partida; delimitação do problema e objetivos; papel das hipóteses; variáveis, indicadores de variáveis e qualidade dos indicadores; população e amostras.	204
Base Nacional Comum Curricular.	209
Lei no 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.	222

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO;

No atual estágio do desenvolvimento da educação brasileira muito foi acrescentado nos quesitos legislação, fundamentação e procedimento da educação básica posto que o controle educacional seja feito pelas instituições públicas instituídas.

E como é o proceder no que diz respeito à legislação e organização da educação básica?

Como se desenvolve a educação na prática em relação à lei e as diretrizes vigentes?

É com intuito de desvelar e, é buscando acrescentar um ponto a discussão sobre a educação básica, no que concerne a lei e ao proceder pela lei que o tema da fundamentação legal deu azo a o trabalho ora apresentado. Levando em consideração questionamentos pertinentes a educação e considerando a evolução do sentido da própria educação, escolheu-se como tema para o trabalho: Princípios, fundamentos legais e procedimentos da educação básica.

No desenvolvimento da educação muitos são os elementos, atores e situações envolvidas. Desde a elaboração de uma proposta nacional, passando pelos pensadores de educação e finalizando no fazer do profissional na sala de aula, onde se materializa toda a teoria.

Com o passar dos períodos ditos sócio históricos, muito se tem produzido em educação, um amalgama de teorias e ideias permeia este ramo do conhecimento. Assim compreender e conhecer estas teorias são fundamentais. Tanto para o cidadão enquanto membro de um determinado grupo, ainda mais para profissionais ou futuros profissionais.

O objetivo geral é analisar a teórica aplicação e funcionalidades nas instituições. E tendo como objetivos específicos, comprovar se as ações propostas nos documentos legais se fazem cumprir, verificando o grau de conhecimento por parte dos professores e demais agente educacionais relativo à documentação estudada, através de uma pesquisa de campo. No percurso do desenvolvimento da educação brasileira, houve e ainda há percalços e barreiras para que efetive de forma aceitável uma educação que contribua de maneira justa na construção de um novo modelo social, onde todos são iguais.

E isto só se conseguirá quando todos os benefícios que estiverem assentados no papel fizerem parte do cotidiano escolar.

A lei e a Educação, no Brasil devem caminhar juntas objetivando sempre uma melhoria, tanto da qualidade do ensino, como dos benefícios e ganho real dos educadores.

Não há que se construir algo sólido e duradouro apenas com leis instituídas, mas sim com trabalho e estudo.

3. A HISTORIA DA HUMANIDADE RELACIONADA A HISTORIA DA EDUCAÇÃO

A história da humanidade está interligada a história da educação. Ao falarmos da história da educação escolar, entende-se que a escola surgiu a partir de uma necessidade social. No surgimento da escola a partir dessa necessidade social, alguns conteúdos, alguns currículos em algumas áreas dos conhecimentos foram sendo pensados para serem trabalhadas dentro desse universo escolar. Dessa maneira podemos afirmar que a história da educação não está desvinculada da história do mundo, ou seja, da história desses seres humanos que construíram várias tecnologias, vários abates e também vários valores. Esse estudo é imprescindível para que possamos conhecer todo o processo em que se desenvolveu a educação e a própria sociedade.

Para o futuro educador é necessário que se tenha embasamento, ferramentas a que recorrer para incrementar a prática pedagógica em sala de aula.

A história da educação subsidia, mostrando o que foi feito, o que está sendo produzido, e possibilita pensar no que se fará no campo educacional a partir do momento presente.

Nesse contexto é importantíssimo identificar quais os princípios que fluência o pensar sobre o processo educacional. O ser humano sempre irá construir algo para suprir suas necessidades, no decorrer da história da humanidade a qual sempre foi construída através de uma determinada pessoa (mulher ou homem) em relação ao seu cotidiano.

3.1 Educação Primitiva

No período primitivo não havia escolas formais e tão poucos métodos de educação. Nessa época o conhecimento era passado de geração para geração, mais não através da escrita e sim através da oralidade e também pela imitação.

Professores no período primitivo eram os chefes de família e em segundas os sacerdotes, ou seja, eram professores leigos, ao qual não existia formação alguma para o cargo.

Para o filósofo Aristóteles, ele sustenta que para o ser humano saber alguma coisa, ele teria que imitar, por essa razão sua característica é a imitação.

[...] "A educação tem raízes amargas, mas os frutos são doces". (Aristóteles).

No período primitivo a educação dos jovens, torna-se a ferramenta principal para a sobrevivência do grupo e alicerce para pôr em ação a comunicação e prolongamento da cultura. Através da imitação, aprende-se ou ensina o manejo com as armas, caças, colheita, a fala, cerimônia aos mortos, às técnicas de mudança e conhecimento do meio ambiente.

3.2 Educação Oriental

A educação oriental foi trabalhada pela transição entre a sociedade primitiva, ou seja, iniciou-se a civilização.

Nesse período surgiu a escrita com o domínio da linguagem na literatura, surgiram também cidades, estado e organização política.

Na região comumente chamada de Oriente, a educação se iniciava em casa com os entes mais velhos. O conhecimento, as ideias e principalmente os conceitos que eram a base destas sociedades eram transmitidos oralmente. Na Índia, na China, ao se fazer uma comparação com pensamento ocidental chega-se a conclusão que a educação oriental permite mais variedade e tolerância quando se trata de conclusões filosóficas.

Dessa forma, os pensadores indianos não aceitam a conclusão das ciências como verdade absoluta, pois nestas nações o misticismo e a ciências se alternavam e isto era plangente na educação. As crianças eram ensinadas não só apenas tópicos práticos, conhecimentos úteis para realizar determinada tarefa ou determinada função (oleiro, carpinteiro, cervejeiro...), mas também, e mais importante à filosofia e a concepção de mundo, vida, espírito e alma concebidos pelos mestres e pensadores, como Buda e Krishina.

Na concepção educacional destes povos, havia um alto grau de severidade. Um aluno tinha que obedecer e seguir a seu mestre em todos os sentidos. Não eram incomuns os castigos físicos a que se submetiam os alunos, nesta concepção educacional. Um número variado de escolas se desenvolveu nesta época, havia escolas particulares fundadas por gurus. Neste contexto também se desenvolveu um modelo de ensino superior, que atraía aqueles que buscavam a elevação espiritual.

3.3 Educação Grega

Na Grécia Clássica, a educação era permitida somente aos indivíduos das classes ditas superiores. Do nascimento aos cinco anos a criança era criada de maneira que pudesse desenvolver um crescimento sadio, tanto físico, como espiritual. Dava-se atenção especial ao desenvolvimento do corpo, para que a criança estivesse pronta para tolerar os embates e as adversidades de ordem física.

[...] "O período seguinte dura até a idade de cinco anos; durante esse período não se deve fazer qualquer exigência de estudo ou trabalho a criança, para que seu crescimento não seja impedido; e deve haver movimentação para impedir que os membros se tornem inativa. Isso só pode ser garantido, entre outras formas, através da diversão, mas não deve ser vulgar, cansativa ou descomedida. Os Diretores de Educação, como são chamados, devem ter cuidado aos contos ou histórias que as crianças ouvem, pois as brincadeiras das crianças destinam a preparar o caminho para as ocupações posteriores da vida e devem ser, em sua maioria, imitações das ocupações que as crianças terão mais tarde, seriamente. Estão errados aqueles que (como Platão), nas Leis, tentem impedir o choro e gritos altos das crianças, pois eles contribuem para seu crescimento e, de certa forma, exercitam-lhes os corpos. Forçar a voz tem efeito semelhante ao produzido pela retenção do fôlego em esforços violentos. Entre outros deveres, o Diretor deve dar atenção à criação das crianças e cuidar para que elas sejam deixadas o mínimo possível com escravos. Pois até os sete anos de idade as crianças têm de viver em casa; e, por isso, mesmo nessa tenra idade, tudo o que mesquinho e vil deve ser banido de suas vistas e de seus ouvidos." (Mayer1976).

A educação grega tinha como objetivo principal guiar os educandos, os jovens de modo que lês pudessem assumir o controle da sociedade vigente. Ela não se ocupava apenas de um conceito particular do homem, mas do desenvolvimento de todas as suas capacidades- físicas morais e intelectuais. Em seus ideais, a educação grega dava ênfase à moderação e a uma concepção equilibrada do homem e de seus poderes intelectuais. Valoriza a arte como corporificação concreta de alguma verdade, proporciona para o sujeito homem ou mulher a refletir sobre suas atitudes e sua também constituição de ser humano no contexto onde se está inserido.

Na Grécia não havia uma teologia infalível. Não havia um padrão de moral e de religião. Os gregos acreditavam na livre indagação, dessa forma, lançaram as sementes de nosso próprio desenvolvimento intelectual. Na educação grega eles defendiam o individual do ser humano como princípio, e preparava a educação para a cidadania. Mais só era considerados cidadãos (homens livres) quem fosse grego de verdade (apenas 10%) no mais não era considerado cidadão (com 90%), com isso sem direito de se posicionar.

Aqui surgiram grandes filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles. Sócrates e Platão defendiam o saber o pensar. Ou seja, a partir do entendimento que tenho em me relacionar com outra pessoa eu aprendo, eu questiono, eu vivencio, nunca sabemos tudo, porque o conhecimento é algo que precisa aprimorar reconstruir ao longo do tempo histórico. Já Aristóteles traz a razão como elemento fundamental para organização da sociedade.

3.4 Educação Romana

No que tange a educação romana, sua melhor representatividade temos na era de Quitiliano. Na época deste imperador a educação era dividida em três campos. Em primeiro lugar vinha a Dialética (as leis do raciocínio), em segundo, a Ética (as leis da justiça) e em terceiro a Física. Na época de Quitiliano já havia uma pequena mudança na concepção de educação:

[...] "Quanto ao menino que já adquiriu a facilidade na leitura e na escrita, o objetivo seguinte é a instrução ministrada pelos gramáticos"...

Pois se trata não apenas da arte de escrever combinada com a de falar, mas também a leitura correta precede a ilustração e a essas estão ligado o exercícios do julgamento... "Também não basta haver lido apenas os poetas; todas as classes de escritores têm de ser estudadas, não apenas pelo assunto, mas pelas palavras que, frequentemente, recebem sua autoridade de escritores."

O estudo da educação é imprescindível para que possamos conhecer todo o processo em que se desenvolveu no atual estágio a educação e a própria sociedade brasileira. (Mayer1976)

Aqui também a que se ressaltar que ao contrário dos gregos os romanos eram condicionados mais para assumir sua posição da máquina do estado, deixando em segundo plano o trabalho com a preparação do corpo, como faziam, por exemplo, os espartanos.

A grande preocupação dos romanos era a formação de guerreiros, forma para a prática. A intenção dos romanos era a conquista e para isso acontecer eles teriam que

se preparar e essa preparação começava muito cedo, a criança (menino) ao completar os sete aos nove anos já começavam a ser preparado para ser guerreiro, afastando-o da mãe. Para eles eram através das lutas que eles conquistariam mais e mais coisas. Portando o período romano começa a trabalhar a questão de política e de poder de estado. Surgindo então o curso de direito, justamente para se pensar o direito e o dever do cidadão.

3.5 Educação Medieval

No caminho da evolução da educação chegasse a Idade Média, neste período a educação ficou exclusivamente nas mãos da igreja católica. Esta geria as escolas, organiza o que pode se chamar de currículo e ministrava tanto os conhecimentos científicos, mas principalmente os conceitos morais retirados e interpretados da doutrina cristã.

Um grande acontecimento nessa época foi à criação da companhia de Jesus, com isso começou-se a se preocupar a criar um currículo voltado a trazer informações a um determinado grupo de pessoas e também outro na formação de intelectuais. Sendo os monges (os intelectuais) os que teriam o acesso a esse conhecimento.

A educação era uma serva da igreja, sua meta principal era inspirar os alunos, de maneira que estes aprendessem a levar uma vida moral e obedecessem ao que pregavam os líderes religiosos. Era uma educação autoritária, tudo em nome de Deus.

O aprendiz ideal, o modelo de estudante ideal era o que se dedicava a uma vida de sacrifício e autonegação. Esse período medieval traz consigo a educação espiritual, seu objetivo seria também com o poder, em outras palavras era catequizar mais também dominar.

Nesse período a educação tradicional fica no poder, por não aceitar outras culturas, outros conhecimentos, ela mesma é quem produz e de maneira alguma aceita a reconstrução de uma determinada história.

3.6 Educação no Renascimento

Neste período da história humana, o novo método da ciência buscava confirmação nos fatos da natureza, não havia mais ilusão ou alegoria, e sim a experiência. Enfatizavam-se os aspectos particulares em lugar das generalidades. Encontra-se aqui o começo do método hipotético da ciência moderna.

A ciência começou a avançar de forma nunca antes vista (desde a Grécia e Oriente), pois a fé começou a ser deixada de lado, sendo que esta já não respondia às questões nascentes e pertinentes.

Nesta época se popularizou os novos ideais de educação. Ao aprendiz devia ser ensinada a virtude moral, bem como Humanidades e as Ciências. As capacidades inatas tinham de ser estimulada, neste aspecto, a natureza devia ser o guia. A direção do aluno tinha de ser consciente e o seu conhecimento tinha de ser posto em prática. A educação no renascimento foi o período de repensar tudo que não foi pensado, ficando conhecido como século das luzes por propor uma nova educação.

A educação no renascimento não foi diferente das de mais, em relação a quem pertencia o direito de adquirir conhecimento. No período primitivo ela é fragmentada, ela

é pautada no momento de exclusão, na Grécia acesso era somente aos gregos, em Roma só se pensava em formação de guerreiros, no período medieval o acesso aos conhecimentos intelectuais era exclusividade dos monges. A educação nesse período do renascimento era para a nobreza e também para pessoas com ligação a igreja.

3.7 Educação Burguesa

O conteúdo deste tipo de situação educacional era baseado principalmente nas línguas e literaturas clássicas dos gregos e romanos, veio a ser designada educação burguesa. O termo humanidades veio a significar as línguas e literatura dos antigos. Como consequência, a finalidade da educação passou a ser considerada em termos de língua e literatura e não da vida.

Outro aspecto muito importante da Educação Burguesa foi inclusão no ideal de educação, dos elementos comuns ao período clássico, excluídos da educação medieval, com exceção da cavalaria. O primeiro destes elementos é o físico, e a par dele a formação do caráter. Por este lado a educação burguesa representou a fusão da educação da cavalaria e da educação literária, e teve um resultado muito superior ao das épocas anteriores e posteriores.

Outro elemento que foi trazido de volta à educação foi o elemento estético. Este elemento tornou-se, na nova educação, uma grande inspiração. Esta acentuação de importância da expressão referia-se não só à perfeição da língua como também a perfeição do caráter de conduta. Consolidou-se nesse período capitalismo industrial finalizando o absolutismo. O absolutismo, o qual foi criado pelo pensador Jean Jacques Rousseau, que propunha a liberdade e a autonomia como o princípio de vida, sendo a educação vista como alegria e prazer.

A educação burguesa provoca uma separação entre estado e igreja. Com isso possibilitando um desenvolvimento dos sistemas públicos de educação.

3.8 A Educação no Brasil

Após o descobrimento da terra nua, a qual se deu o nome de Terra de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz e finalmente Brasil, começou-se a pensar em como se efetivar a posse dos europeus sobre a terra e os povos aqui existentes. Com sutileza, os representantes da companhia de Jesus, planejaram incutir e difundir a filosofia cristã entre os chamados gentios (nativos).

Esses (índios) tinham a natureza como lar e como escola. Na mata, no campo, nos vales e na correnteza dos rios, os mais novos eram instruídos pelos mais velhos. Ciências naturais, cosmologia, história e principalmente a língua, eram transmitidos o tempo todo. Educar entre os índios era uma constante.

Os portugueses, que cruzaram o oceano em busca de novos mercados, trouxeram com eles os Jesuítas. Esses religiosos eram os acólitos fiéis da igreja católica. Não respondiam se não a Roma. Ao se fixarem nas novas terras, provavelmente compreenderam que a tarefa não era de todo fácil. Havia de converter e "educar" um povo que vivia nu e falava uma língua totalmente desconhecida. O primeiro ato dos representantes da companhia de Jesus foi funda-

rem uma escola elementar. Neste estabelecimento eram educados juntamente os índios e os filhos dos colonos que aqui nasceram. A estes aprendizes, eram transmitidas as noções básicas da língua portuguesa, história da civilização europeia, história cristã e a própria catequização. Havia também o intuito de aumentar o contingente sacerdotal da igreja romana. Há que salientar que neste período os educadores eram exclusivamente homens.

As mulheres eram destinadas ao serviço doméstico. E estas só podiam ser instruídas nos conventos. Caminhado um pouco mais no tempo à época da Marques do Pombal, figura de grande destaque no que diz respeito à política educacional em nosso país.

Com o Marques o ensino passa a ser responsabilidade da coroa Portuguesa sua ideia de educação consistia, não apenas catequizar, mas formar os grupos de indivíduos que não deixasse o poder fugirem das mãos da elite.

Com a vinda e permanência da família imperial no Brasil, inicia o conhecimento período imperial, a educação, assim com outros setores da sociedade se viu sob um novo conceito, uma nova maneira de conceber o processo educacional.

Nesta fase destaca-se o art. 179 da primeira constituição brasileira, que pregava a "instrução primária e gratuita para todos os cidadãos".

Outro ato do governo de D. Pedro I foi o decreto que instituía quatro graus de instrução: Pedagogias (escolas primárias), Liceus, Ginásios e academias.

Mas, no que diz respeito à prática educacional, ela se diferia pouco da época Jesuítica e Pombalina. Assim a educação continuava a ser um bem para poucos. Mudanças lentas e quase imperceptíveis começam a acontecer com a chegada da República (1889 em diante).

Aqui se destaca a Reforma Benjamin Constant, que tinha como princípios, a liberdade à laicidade do ensino e a gratuidade da escola primária. No início da década de 30, do século xx, uma revolução sócio-política colocara o Brasil em cheque e em choque. Era o momento de os pais penetrarem de vez no modo capitalista de se produzir e de se viver. Nesta fase destaca-se o ministro Francisco Campos, homem que foi o primeiro a assumir o nascente ministério da educação e tomando posse iniciou-se uma reforma em que até hoje se faz sentir na maneira de ver a educação brasileira. Dois anos após sua posse um grupo de educadores liderado por Fernando de Azevedo lançou o conhecido manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Neste documento propunham-se soluções para os problemas que atravancaram o fazer educacional brasileiro. Com termino da segunda guerra, inicia-se um processo político-social denominado populismo, com ele a esperança no progresso e no desenvolvimento se faz presente em todas as camadas e em todos os setores. Na educação, havia uma forte tendência à industrialização.

A educação entra neste contexto como formadora de mão-de-obra para a indústria nascente. Em 1961 foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 4024/61. Esta foi a primeira a arregimentar todos os níveis de ensino.

Nesta época educadores como Paulo Freire pensavam e colaboravam métodos bastante discutidos de educação. Com um golpe político-militar em 1964 é instituído no Brasil, o famigerado regime militar. O governo controlava a todos e a tudo.

Nesta fase da nossa história foi instituída a Lei 5692/71 (LDBEN) que tinha como característica principal a educação profissionalizante. Esta lei era fundamentada em uma concepção tecnicista, ou seja, era necessária forma, técnicos, para as diversas áreas da economia. Com o fim de o governo militar os fatos políticos e sociais se sucedem de maneira abrupta. Das lutas pelas eleições diretas a promulgação da nova constituição foi um salto. "Há um novo impulso, uma nova esperança surge, no povo e nas instituições". Na educação o estado passa a ter mais responsabilidade, um poder (seja executivo, legislativo ou judiciário) tem o poder de averiguar se o que se é destinado à educação está sendo empregado de forma correta.

No momento a educação está se reformulando. A sociedade nos seus mais diferentes âmbitos verifica, examina-se o processo educativo (desde a liberação de verbas até a prática pedagógica) está sendo feita de forma aceitável.

Com o "mover" LDB (leis de diretrizes e bases), o processo educacional é parte de algo maior e menos propenso a ideologias ocas e fragmentadas. Cada Estado, cada município e principalmente cada escola trabalha visando atingir o meio sociocultural de que faz parte. Relevantes, também, são as propostas de educação especial, a chamada "Educação inclusiva" e a tão nova, mas já aceita e incorporada Educação à distância (EAD). Neste início do século cabe fazer uma reflexão. Como foi o processo educacional brasileiro desde a descoberta aos nossos dias. O que ficou de útil? O que foi descartado neste período de 509 da sociedade brasileira?

O que se pode afirmar é que a educação apresenta hoje múltiplas facetas, e múltiplas maneiras de ser feita. Educar hoje é preparar o indivíduo para que tenha ferramentas (intelectuais, morais e espirituais) para se colocar no mundo, e neste construir a sua história e participar da construção, sócio – histórico - política de seu grupo. Ensinar a ler é o primordial assim como aprender a aprender, aprender a ser e aprender a conviver.

4. O SUPORTE LEGAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A partir do momento que o homem condicionou-se a viver em sociedade ele percebeu que era necessário que se estabelecesse regras, conceito a serem seguidos, ideais a serem levados para todos os cantos do mundo social existente. Mas o que usar para que estes conceitos e ideais fossem propalados e dispersos ao maior número possível de indivíduos e grupos sociais?

Que ferramenta escolher para que efetivamente o sucesso desta empreitada fosse ao menos em parte alcançado?

A resposta é; a educação. Com a educação a propagação de ideias que contribuíssem para a formação ética e política do sujeito educando. No decorrer do desenvolvimento sociohistórico do homem; como ser convivente com o outro; percebeu-se que a educação era forte fio condutor de filosofias e ideologias.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Professor – Língua Portuguesa

Aprendizagem da língua materna: estrutura, uso e funções.	01
Ensino e aprendizagem da gramática normativa.....	03
Linguagem: uso, funções, análise; língua oral e escrita.	12
Variações linguísticas; norma padrão.	13
O texto: tipologia textual; intertextualidade; coesão e coerência textuais; o texto e a prática de análise linguística. ...	15
Leitura e produção de textos.	42
Literatura brasileira.	46
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).	51
Base Nacional Comum Curricular.....	89
Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.	89

**APRENDIZAGEM DA LÍNGUA MATERNA:
ESTRUTURA, USO E FUNÇÕES.**

**FORMAÇÃO DE CONCEITOS NO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA:
O PRINCÍPIO DA FUNCIONALIDADE**

Vaima Regina Alves Lemos

RESUMO

Este artigo visa a examinar aspectos da perspectiva vygotskiana sobre a formação de conceitos no que tange a sua importância para a ação pedagógica no ensino de línguas. Propõe-se uma releitura do desafio de ensinar português como língua materna a partir de uma experiência vivida em uma escola pública do município de Cruz Alta-RS, no ano de 2004. O problema didático focalizado foi o ensino do emprego adequado dos principais sinais de pontuação. O trabalho busca ainda estabelecer um elo entre a teoria visitada e a experiência pedagógica relatada, ou seja, dar conta das questões suscitadas em nível teórico-prático.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo começa procedendo a uma sucinta apresentação da perspectiva vygotskiana sobre a formação de conceitos, com ênfase na sua importância para a ação pedagógica. Na sequência, apresenta-se uma visão sobre o trabalho de ensino de português como língua materna a partir de uma experiência vivida em uma escola pública do município de Cruz Alta-RS, no ano de 2004. O problema didático focalizado foi o ensino do emprego adequado dos principais sinais de pontuação. O trabalho conclui buscando estabelecer um elo entre a teoria visitada e a experiência pedagógica relatada, seguido de uma breve síntese final.

2. VYGOTSKY E A FORMAÇÃO DE CONCEITOS

Pensar a construção do conhecimento em língua materna, intenção do presente trabalho, implica considerar como fator determinante de uma reflexão promissora sobre esse assunto, os estudos de Vygotsky sobre a formação de conceitos.

Em sua obra "Pensamento e Linguagem" (1993), o autor apresenta registros de pesquisas sobre como se processa a formação dos conceitos e as etapas que se antepõem a esta efetivação: o chamado pensamento por complexos.

Esse tipo de pensamento caracteriza a diferença entre pensamento infantil e adulto e revela um nível em que não há apenas "impressões subjetivas" (p.53), mas associações baseadas em relações factuais entre os elementos que fazem parte de determinada tarefa. Essa etapa de "pensamento por complexos" é composta por cinco tipos: associativo / coleções / em cadeia / difuso e pseudoconceito. Cada um deles, mesmo com manifestações diferentes do exercício de conexões, manifesta a elaboração interna no avanço para a construção dos conceitos propriamente ditos.

O próprio autor admite que não só a criança, mas também o adulto, em diversas condições, pensa por complexos, pois não é possível uma pessoa "transmitir" a outra uma forma de pensar acabada. É necessário que dados sejam fornecidos para que o interlocutor forme complexos em torno deles até chegar a um conceito sobre a informação. Isso revela uma atividade complexa que envolve as seguintes funções básicas intelectuais: associação, formação de imagens, atenção, inferência e tendência determinante (existência de uma questão a ser selecionada).

É um processo mediado, de investimento particular, no qual a palavra (signo) desempenha função diretiva, conduzindo as operações mentais e controlando o curso dessas operações:

A formação de conceitos é o resultado de uma atividade complexa, em que todas as funções básicas tomam parte. No entanto, o processo não pode ser reduzido à associação, à atenção, à formação de imagens, à inferência ou às tendências determinantes. Todas são indispensáveis, porém insuficientes sem o uso do signo, como o meio pelo qual conduzimos as nossas operações mentais, controlamos o seu curso e as canalizamos em direção à solução do problema que enfrentamos. (Vygotsky, 1993, p.50)

Nesse avanço do raciocínio lógico-abstrato constitui-se um ponto-chave a sequência "síntese, análise e síntese", que é a evolução de um pensamento sincrético (baseado em percepções difusas) para um pensamento sintético, com informações organizadas a partir da análise de certa realidade ou características perceptíveis e comprováveis logicamente.

Com base nesses estudos de Vygotsky é possível confirmar o papel da escola e dos educadores na construção do conhecimento. A postura do professor deve ser de investigador, criando desafios que confrontem a vontade e o intelecto do aluno com uma necessidade a ser suprida. A condução da aula conforme os conhecimentos específicos elaborados em cada área de ensino deve proporcionar a elaboração de complexos e a construção de conceitos, respeitando a essência dessa construção na condição humana. Propiciar as etapas da estruturação do conhecimento é ser coerente com essa condição, garantindo o desenvolvimento do ser a partir da elaboração de saberes.

3. O TRABALHO COM LÍNGUA MATERNA

Como muitos autores afirmam, cabe à escola, principalmente no que tange à língua portuguesa, capacitar o aluno ao domínio da norma padrão. Mas não como uma subserviência à língua literária, utilizada por autores famosos do passado; e sim como a habilidade geral que permita ao aluno fazer uso de uma linguagem adequada às diferentes circunstâncias do cotidiano. Para isso, o trabalho em sala de aula deve colaborar para que o aluno se torne:

Cada vez mais consciente de que a escolha dos elementos da língua para construir textos não é fortuita, mas regida pela adequação do recurso lingüístico e das instruções de sentido que contém aos propósitos dos usuários da língua em cada situação de comunicação. (Travaglia, 1997, p. 151)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor – Língua Portuguesa

Para isso é inviável uma proposta que trate apenas de exercícios envolvendo nomenclaturas ou que conduza o processo através da exposição oral de idéias prontas sobre determinado tópico lingüístico.

Não seria o caso de descartar o estudo da gramática nas aulas de Educação Básica, mas de empregar uma metodologia que proporcione o exercício das possibilidades gramaticais através do emprego comparativo, seja a partir da análise do respeito a determinadas convenções gramaticais ou na ausência deles. Atividades dessa natureza remetem o aluno à observância dos resultados semânticos obtidos através das seleções de uso feitas em dado contexto, o que conduz à compreensão dos fenômenos envolvidos.

Gentner & Medina (1998) defendem que mesmo entre adultos existe uma mistura do processamento baseado na comparação com o baseado em regras. Afirmando, também que, estando o conhecimento abstrato já constituído, processos de “alinhamento” são necessários para que aconteça o repasse desses conhecimentos para novas situações.

Essa é uma postura reflexiva que usa os efeitos da linguagem para a análise de seu registro escrito, impedindo a falta de compromisso com a busca do padrão sem considerá-lo mera erudição; mas, sim, domínio social, como também evitando o uso exclusivo da nomenclatura, trabalho árduo e infrutífero.

4. UMA PRÁTICA DE SALA DE AULA

A aplicação profícua em aula da teoria anteriormente exposta foi comprovada em uma turma composta por 24 alunos, concluintes do Ensino Médio de uma Escola Estadual (EJA) de Cruz Alta no ano de 2004.

Tendo sido constatada, através das produções escritas e de testemunhos dos alunos, insegurança da turma quanto ao emprego dos sinais de pontuação, ao usá-los na maioria das vezes de forma aleatória, sem nenhuma lógica sintática ou semântica, foi proposto, então, um trabalho em que os alunos pudessem refletir sobre o efeito produzido na interpretação de passagens sem pontuação alguma e a dificuldade de atribuir sentido à seqüência de termos da oração.

Sem dúvida, a atividade é simples. Mas promove um processo mental ativo, pois instiga o aluno a experimentar e a buscar saídas na solução de um problema de linguagem, percebendo que os sinais de pontuação não são apenas convenções sintáticas, mas recursos capazes de colaborar significativamente para a compreensão das produções escritas.

Entre as várias situações apresentadas para os alunos estava a conhecida frase “Um fazendeiro tinha um bezerro e a mãe do fazendeiro era também o pai do bezerro.” Não só na busca da significação dessa frase, mas também diante dos demais desafios, ilustrou-se, através da oralização dos alunos e das discussões mantidas com os colegas, o papel interpretativo-crítico, para o professor, de todo o processo conceitual teorizado por Vygotsky, por ocasião do acompanhamento dos alunos no empenho de solucionar cada questão.

Várias outras atividades foram propostas ao longo do período, envolvendo inclusive os textos dos próprios alunos, os quais, depois de um certo período, revelaram melhor desempenho nesse tópico lingüístico e, principalmente, maior consciência das opções feitas durante a produção em sala de aula.

5. PONTOS DE ENCONTRO

Viver a gramática em aula independe de grandes projetos. Porém é de fundamental importância que o professor de português seja capaz de reconhecer três fatores importantes nessa ação pedagógica: a) o processo intelectual envolvido no ensino-aprendizagem, no caso, a formação de conceitos; b) a natureza do tópico lingüístico e suas peculiaridades de ensino; e c) a realidade da turma de educandos e todas as características de ação que a variação de realidades implica.

Se a atuação pedagógica for capaz de contemplar essa triangulação, é possível proporcionar o avanço no domínio da língua-padrão através do exercício de um importante aspecto da cognição humana: a formação de conceitos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Capacitar o aluno de Educação Básica a usar com propriedade a língua padrão é uma tarefa escolar e exige do professor de Português uma reflexão sobre todos os fatores envolvidos no ensino-aprendizagem. A partir da postura crítica sobre a realidade escolar e lingüística e do domínio teórico-prático dos processos intelectuais, é possível ao profissional do ensino de línguas construir uma prática reflexiva, tanto para ele como para os alunos, que facilitará o aperfeiçoamento da competência comunicativa de seus tutorados em um trabalho consciente.

Para isso, o docente encontra em Vygotsky e sua teoria na formação de conceitos um suporte fundamental para toda atividade escolar do mesmo gênero daquela que pudemos vivenciar e ora relatamos no presente trabalho.

BIBLIOGRAFIA

GENTNER, Dedre; MEDINA, José. Similarity and development of categories, In: **Cognition** 65. Elsevier Science, 1998.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ROCHA, Luiz Carlos. **Gramática nunca mais**. Minas Gerais: Editora UFMG, 2002.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Fonte: http://coral.ufsm.br/lec/02_04/Vaima.htm

**ENSINO E APRENDIZAGEM DA GRAMÁTICA
NORMATIVA.**

Alfabetização e Letramento¹

Visando a compreensão do que é letramento e alfabetização, estudos apontam discussões históricas que mostram como se desenvolveu o processo de alfabetização no Brasil desde há muito tempo. É a partir da necessidade de alfabetizar “as grandes massas iletradas” que o Estado-Nação passa a preocupar-se com a preparação de profissionais para atuar na área educacional.

De acordo com Saviani, a necessidade da formação docente surge desde Comenius, no século XVII. Ele ainda apresenta a primeira escola voltada à formação docente em 1684, por São João Batista de La Salle, em Reims. Contudo, a ideia de institucionalizar escolas próprias para a formação do professor, surge da sistematização das ideias liberais em expandir o ensino a todas as camadas sociais no século XIX. Essas prioridades, no entanto sofrem grandes influências e acabam por precarizar-se devido às dificuldades encontradas na relação escola-cidadão. O fracasso que surge na alfabetização desde esse período nos atinge até a atualidade exigindo uma atenção especial e soluções para um ensino de qualidade.

Portanto é preciso compreender que alfabetização e letramento são práticas distintas, porém, indissociáveis, interdependentes e simultâneas. No entanto, a falta de compreensão destes termos gera grande confusão em seu uso teórico e prático, levando à perda da especificidade destas.

Ao refletir sobre essas concepções e em anuência com Soares encontramos uma grande problemática, que acaba refletindo na qualidade da educação brasileira. Muitos profissionais da educação acabam por mesclar e confundir o significado destes dois conceitos, ampliando o conceito de alfabetização, sobrepondo o de letramento, como se letramento tivesse o mesmo sentido de alfabetização e, assim, não desempenhando um bom trabalho.

Para contribuir para o esclarecimento e mudanças em algumas práticas pedagógicas atuais, explicitaremos neste artigo os conceitos de Alfabetização e Letramento e a importância da sua conciliação para uma prática significativa.

Alfabetização

O termo Alfabetização, segundo Soares, etimologicamente, significa: levar à aquisição do alfabeto, ou seja, ensinar a ler e a escrever. Assim, a especificidade da Alfabetização é a aquisição do código alfabético e ortográfico, através do desenvolvimento das habilidades de leitura e de escrita.

Na história do Brasil, a alfabetização ganha força, principalmente, após a Proclamação da República, com a institucionalização da escola e com o intuito de tornar as novas gerações aptas à nova ordem política e social. A escolarização, mais especificamente a alfabetização, se tornou instrumento de aquisição de conhecimento, de progresso e modernização do país.

Com o passar do tempo muito se desenvolveu no campo da

alfabetização, surgiram conceitos, teorias, metodologias etc. Porém, mesmo com toda evolução, o Brasil e outros países não desenvolvidos, ainda enfrentam um problema de muita relevância: a qualidade da educação básica, especialmente, a dos anos iniciais do ensino fundamental. São evidências dessa baixa qualidade os índices de fracasso, reprovação e evasão escolar, que nunca deixaram de se perpetuar nestas sociedades.

Este problema tão concreto, historicamente, já foi muito abordado. Artigos acadêmicos tentaram indicar possíveis causas desta baixa qualidade, colocando a “culpa”, às vezes, no método utilizado, no aluno que apresenta muitas dificuldades, na má formação do professor, nas condições sociais desfavoráveis ou, ainda, em outras causas diversas. Enfim, foram muitas as tentativas de superação, embora, nenhuma apresentasse grande êxito. Com certeza, esses estudos foram de muita valia, pois todos os fatores citados caracterizam a qualidade da educação, logo, a escola não somente influencia a sociedade, mas também é por ela influenciada, ou seja, este conjunto de possíveis causas que estão dentro e no entorno da escola, realmente, afetam o ensino-aprendizagem

Há algumas décadas, a principal causa que apontava para a baixa qualidade da alfabetização era o ensino fundamentado na Pedagogia Tradicional.

Atualmente, entre outros fatores que envolvem um bom ensino-aprendizagem, as principais causas estão ligadas à perda da especificidade da alfabetização, devido à compreensão equivocada de novas perspectivas teóricas e suas metodologias, que foram surgindo em contraposição ao tradicional, e a grande abrangência que se tem dado ao termo alfabetização.

Concordando, com Magda Soares, em seu artigo Letramento e Alfabetização: as muitas facetas, a expansão do significado de alfabetização em direção ao conceito de letramento, levou à perda de sua especificidade. [...] no Brasil a discussão do letramento surge sempre enraizada no conceito de alfabetização, o que tem levado, apesar da diferenciação sempre proposta na produção acadêmica, a uma inadequada e inconveniente fusão dos dois processos, com prevalência do conceito de letramento, [...] o que tem conduzido a certo apagamento da alfabetização que, talvez com algum exagero, denomino desinvenção da alfabetização.

Essa fusão dos dois processos, que leva à chamada “desinvenção da alfabetização”, aliada à interpretação equivocada das novas perspectivas teóricas acarretou na prática a negação de qualquer atividade que visasse à aquisição do sistema alfabético e ortográfico, como o ensino das relações entre letras e sons, o desenvolvimento da consciência fonológica e o reconhecimento das partes menores das palavras, como as sílabas, pois eram vistos como tradicionais. Passou-se a acreditar que o aluno aprenderia o sistema simplesmente pelo contato com a cultura letrada, como se ele pudesse aprender sozinho o código, sem ensino explícito e sistemático.

Atualmente, se reconhece a importância de se usar algumas práticas da escola tradicional, que são entendidas como as facetas da alfabetização segundo Soares, assim como os equívocos de compreensão do construtivismo foram percebidos e ajustados e muitos aspectos da escola nova tidos como essenciais. Com tudo isso, não se pode negar uma prática ou outra, só por ela estar fundamentada em uma ou em outra concepção, mas, sim, avaliar quais são as suas contribuições e se convém serem utilizadas para um processo de alfabetização significativa.

1 Texto adaptado de DIOGO, E. M. e GORETTE, M. da S.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor – Língua Portuguesa

Dermeval Saviani, em seu livro *Escola e Democracia*, apresenta que aspectos da escola tradicional são importantes para a educação. Com a teoria da curvatura da vara, ele mostra que para a educação ter mais qualidade, a “vara” deve permanecer reta, e não curvada para a teoria nova, nem para a teoria tradicional, mas sim, alinhada. E ainda argumenta que uma pedagogia comprometida com a qualidade educacional e voltada para a transformação social, deve incorporar aspectos positivos e relevantes da pedagogia tradicional e da pedagogia nova, de modo que o ponto de partida seja a prática social sincrética e o de chegada uma prática social transformada.

Assim, se faz necessário resgatar a significação verdadeira da alfabetização e delinear corretamente o conceito de letramento, de forma que eles não se fundam e nem se confundam, apesar de, como já foi dito, necessitem acontecer de maneira inter-relacionada. Com uma prática educativa que faça uma aliança entre alfabetização e letramento, sem perder a especificidade de cada um dos processos, sempre fazendo relação entre conteúdo e prática e que, fundamentalmente, tenha por objetivo a melhor formação do aluno.

Letramento

De acordo com Soares, 2003, a palavra letramento é de uso ainda recente e significa o processo de relação das pessoas com a cultura escrita. Assim, não é correto dizer que uma pessoa é iletrada, pois todas as pessoas estão em contato com o mundo escrito. Mas, se reconhece que existem diferentes níveis de letramento, que podem variar conforme a realidade cultural.

Este termo ganha espaço a partir da constatação de uma problemática na educação, pois através de pesquisas, avaliações e análises realizadas, chegou-se à conclusão de que nem sempre o ato de ler e escrever garante que o indivíduo compreenda o que lê e o que escreve. Entretanto, se reconhece que muito mais que isso, é realizar uma leitura crítica da realidade, respondendo satisfatoriamente as demandas sociais.

Para exemplificar essa situação no país, destaca-se Salla, 2011, que traz o resultado da prova de leitura do PISA de 2009, no qual metade dos avaliados obtiveram no máximo nota de proficiência.

Fica claro que o problema destacado neste resultado não é apenas o da alfabetização, no que diz respeito ao ler e escrever, mas a questão aparece quando se exige interpretação e raciocínio, ou seja, há uma ausência de letramento na alfabetização das pessoas.

Deve-se cuidar para não privilegiar um ou outro processo (alfabetização/letramento) e entender que eles são processos diferentes, mas, indissociáveis e simultâneos.

Assim, como descreve Soares: Entretanto, o que lamentavelmente parece estar ocorrendo atualmente é que a percepção que se começa a ter, de que, se as crianças estão sendo, de certa forma, letradas na escola, não estão sendo alfabetizadas, parece estar conduzindo à solução de um retorno à alfabetização como processo autônomo, independente do letramento e anterior a ele.

Analisando dialeticamente a evolução humana, fica explícito que o homem antes mesmo de aprender à escrita, apreende o mundo a sua volta e faz a leitura crítica desse imenso mundo material. Por isso, é incorreto dizer que uma pessoa é iletrada, mesmo que ela ainda não seja alfabetizada, pois ela desde o princípio da vida reflete sobre as coisas. O letramento está intimamente ligado às práticas sociais, exigindo do indivíduo, uma visão do contexto social em que vive. Isso faz da alfabetização uma prática centrada mais na individualidade de cada um e do letramento uma prática mais ampla e social.

Nesse sentido, destacamos o papel do professor dentro desse processo. Este profissional deve acreditar e promover a construção de pensamento crítico em si próprio e em seus alunos.

Assim, o letramento se torna uma forma de entender a si e aos outros, desenvolvendo a capacidade de questionar com fundamento e discernimento, intervindo no mundo e combatendo situações de opressão.

Uma aliança entre Alfabetização e Letramento

Defendida a especificidade de cada conceito, tem-se agora o objetivo de mostrar que se pode chegar à qualidade, conciliando ambos os procedimentos e produzindo uma prática reflexiva de aliança entre os dois processos.

Partindo das reflexões de Brandão, sobre a metodologia freiriana de se alfabetizar, é possível compreender a importância da indissociabilidade e simultaneidade destes dois processos. Em seu método de alfabetização, ele propõe que se parta daquilo que é concreto e real para o sujeito, tornando a aprendizagem significativa, mas utilizando também os mecanismos de alfabetização.

Ele ainda coloca em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, que o sujeito quanto mais amplia sua visão de mundo, mais se liberta da opressão, ou seja, o sujeito letrado que já possui seus conhecimentos prévios, com um determinado ponto de vista, quando alfabetizado, pode modificar seus pensamentos, ampliando-os de forma que passa a refletir criticamente sobre a prática social. Freire acreditava ser fundamental que as pessoas compreendam o seu lugar no mundo e sua função social nele.

O professor, portanto, tem um papel muito importante a realizar, para que esse pensamento crítico se desenvolva em seus alunos. Para Freire “[...] percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo.”

É fundamental que o educador esclarecido de uma realidade de opressão, não torne o processo de ensino bancário e improdutivo, mas uma educação que desvende o mundo material e liberte as pessoas da opressão, como defende Freire. Para isso, as práticas de alfabetização e letramento são necessárias, cada uma com suas especificidades, como explicita Tfouni:

“Enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade.”